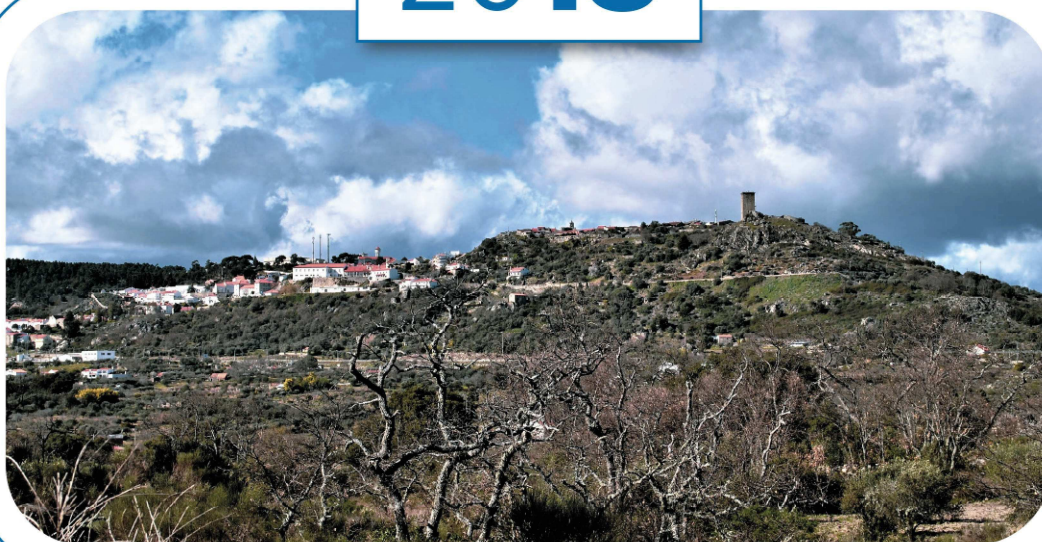


MUNICÍPIO DE PENAMACOR

CÂMARA MUNICIPAL

2018



Vila de Penamacor

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CARACTERIZAÇÃO
DA ENTIDADE

NOTAS AO BALANÇO
E À DEMONSTRAÇÃO
DE RESULTADOS

NOTAS SOBRE O PROCESSO
ORÇAMENTAL E RESPECTIVA
EXECUÇÃO



Introdução

O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, aprovou o atual sistema contabilístico das autarquias locais (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro do ano 2002.

O Município de Penamacor apenas aplicou este regime contabilístico em 1 de Janeiro de 2003.

Determina o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, e Resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Assim, as notas que se seguem têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade municipal no exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações conhecidas na data que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo, conforme definido no ponto 2.4 do POCAL.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e previstos no ponto 3.2 do POCAL.

	8.1 - Caracterização da entidade	
----------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------	--

8.1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
----------------------------------------	--

8.1.1.1	MUNICÍPIO DE PENAMACOR
Largo do Município 6090-543 Penamacor Tel. 277-394106 Fax. 277-394196 NIPC. 506 192 164	

8.1.1.2	NÚMERO DE ELEITORES
----------------	----------------------------

Município	Até 10 000	<input checked="" type="checkbox"/>
	Mais de 10 000 e menos de 40 000	<input type="checkbox"/>
	Igual ou superior a 40 000	<input type="checkbox"/>
Fonte: Censos 2011		

8.1.2	LEGISLAÇÃO
--------------	-------------------

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Lei 75/2013 de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.

8.1.3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
--------------	---------------------------------

8.1.3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS
----------------	---------------------------------

A Câmara Municipal tem Serviços Municipalizados? ☐ S ☒ N
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respetivos grupos:

8.1.3.2	EMPRESAS MUNICIPAIS
----------------	----------------------------

A Câmara Municipal tem Empresas Municipais? ☐ S ☒ N
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respetivos grupos: _____



8.1 - Caracterização da entidade

8.1.3.3 ORGÃOS

Tem órgãos de natureza consultiva? ☐ S ☒ N

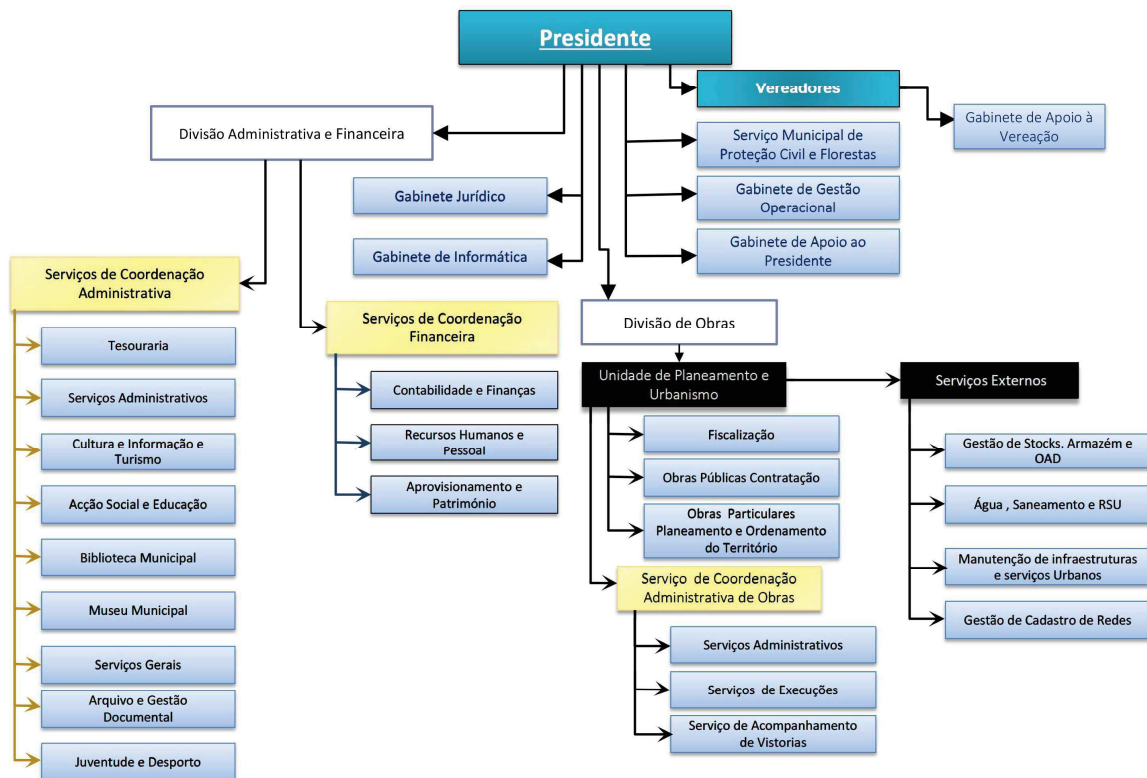
Tem órgãos de fiscalização? ☒ S ☐ N

Compete à Assembleia Municipal, conforme a alínea a), do n.º 2 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do n.º 1 do mesmo artigo.

8.1.3.4 ORGANIGRAMA

O Município e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas previstas na lei, fins de interesse público municipal, com objetivo principal de melhoria das condições gerais de vida e dos interesses próprios da população do concelho.

O Mapa de Pessoal para o ano 2018, foi aprovado juntamente com os documentos previsionais, nos termos do n.º 3 do art.º 5º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, pela Câmara Municipal em 30 de novembro de 2017 e pela Assembleia Municipal em 06 de dezembro de 2017.





8.1 - Caracterização da entidade

8.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

O objetivo estratégico do Município de Penamacor passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na Lei 75/2013, de 12 de setembro.

8.1.5 RECURSOS HUMANOS

8.1.5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO

Presidente	António Luís Beites Soares	Pelouro	Gestão e Finanças; Proteção Civil; Obras Públicas e Particulares; Urbanismo e Ordenamento do Território; Freguesias; Recursos Humanos; Educação; Economia e Empreendedorismo; Agricultura e Florestas; Turismo, Lazer e Desporto; Cultura; Ação Social
Vereador	Manuel Joaquim Ribeiro Robalo	Pelouro	Energia; Inovação e Tecnologia; Aproveitamento e Stocks Infraestruturas Municipais; Serviços Municipais, Transportes
Vereador	Sandra Maria Pires Vicente	Pelouro	Associativismo
Vereador	Anabela Castilho Campos	Pelouro	Juventude
Vereador	Domingos Manuel Bicho Torrão	Pelouro	-----

8.1.5.2 NÚMERO DE VEREADORES

Em regime de permanência -----	1
A meio tempo -----	---
Restantes vereadores -----	3

Fonte: Ata n.º 25 de 25/10/2017
Ata n.º 03 de 30/11/2017



8.1 - Caracterização da entidade

8.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

1 – DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMÁTICO

Software da Associação Informática da Região Centro (AIRC)

2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES DOCUMENTADAS

☒ ☐ N

PERIODICIDADE: SEMESTRAL

3 – NÃO EXISTE DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

4 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Ao longo do ano de 2018 todos os registos e operações contabilísticas foram concretizados num sistema de contabilidade único, integrado e organizado de forma centralizada, procurando o rigoroso cumprimento com as determinações do POCAL.

A autarquia dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, sendo a informação contabilística disponibilizada para análise em Reuniões do Executivo e Sessões da Assembleia Municipal. Diariamente é analisado e conferido o Mapa Resumo do Diário de Tesouraria e a conformidade de todos os registos contabilísticos que se achem necessários.

Os sistemas informáticos utilizados pelo Município de Penamacor relacionados com a contabilidade são todos fornecidos pela Associação Informática de Região Centro (AIRC), a saber:

- Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA)
- Sistema de Gestão de Pessoal (SGP)
- Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT)
- Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC)
- Sistema de Taxas e Licenças (TAX)
- Sistema Gestão Consumo de Água - Faturação e cobrança (SGA)
- Sistema de gestão de Faturação (SGF)
- Gestão de Stocks (GES)
- Obras por Administração Direta (OAD)
- Sistema de Execuções Fiscais (SEF)



8.1 - Caracterização da entidade

8.1.7 OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE

8.1.7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS

	Data da aprovação		Data da Alteração	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Inventário	18/04/2018	26/04/2018	---	---
Norma controlo interno	07/07/2004	---	---	---
Balanço inicial	21/04/2004	28/04/2004	---	---
Normas regulamentares à execução do orçamento	---	---	---	---
Outras	---	---	---	---

8.1.7.2 ÚLTIMAS AÇÕES INSPETIVAS

Entidade	Data do decurso da Inspeção	Período Abrangido
Inspeção-Geral Finanças	09/11/1998 a 29/01/1999	1994 a 1998
(Ex) Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL)	05/03/2012 a 02/04/2012	17/11/2008 a 31/12/2011

8.1.7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO

	Data de Aprovação pelo Órgão Executivo	Data da Aprovação pelo Órgão Deliberativo	Observações
Grandes Opções do Plano	30/11/2017	06/12/2017	
Orçamento	30/11/2017	06/12/2017	
Outros			



8.1 - Caracterização da entidade

8.1.7.4

Informação no âmbito das alíneas a), b), c) e d) das notas técnicas ao documento n.º 12, constante da Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas

a) Os Fundos atribuídos ao Município na gerência em apreciação foram os seguintes:

- <i>Fundo de Equilíbrio Financeiro – Corrente</i>	5.869.005,00€
- <i>Fundo de Equilíbrio Financeiro – Capital</i>	652.112,00€
- <i>Fundo Social Municipal</i>	111.182,00€
- <i>Participação Fixa no IRS</i>	107.186,00€ (*)

(*) O montante efetivamente recebido (deduzida a percentagem deliberada da participação municipal) fixou-se em 85.749,00€.

Fonte: OE 2018 - Mapa XIX – Transferências para os municípios – Participação dos Municípios nos Impostos do Estado - 2018

b) O montante dos pagamentos relativos a investimentos realizados pelo município no ano anterior ao da gerência em apreciação foi de 814,14€.

Fonte: Mapa Prestação de Contas – Controlo Orçamental da Despesa 2018.

c) Na gerência em apreciação não existiram quaisquer ações inspetivas.

d) Na gerência em apreciação não ocorreram quaisquer encargos financeiros com amortizações resultantes de empréstimos contraídos pelas associações de municípios em que o município participa.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

As notas não aplicáveis contêm a indicação “Não aplicável”.

8.2.1 – Indicação e Justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.

O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. Relativamente à Contabilidade de Custos esta encontra-se ainda numa fase de implementação, prejudicada pela falta de recursos humanos. A ausência da contabilidade de custos em pleno funcionamento não teve qualquer efeito prático no Balanço e na Demonstração de Resultados ou em qualquer outro mapa de prestação de contas.

8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Balanço – Ativo

Nada a referir.

Balanço – Fundos Próprios

Nada a referir.

	8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados	
-----------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------	--

Balanço – Passivo

Nada a referir.

Demonstração de Resultados – Custos e Perdas

Nada a referir.

Demonstração de Resultados – Proveitos e Ganhos

Nada a referir.

8.2.3 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

O Município aplica os princípios contabilísticos previstos no POCAL. Os critérios valorimétricos utilizados foram os consagrados no capítulo 4 do Decreto-Lei n.º54-A/99 de 22 de Fevereiro de 1999 (POCAL) e respetivas alterações.

8.2.3.1 – Imobilizações

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico suportados. Os custos de distribuição, de administração geral e financeiros não são incorporáveis no custo de produção.

Para os ativos imobilizados obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou,



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, os mesmos assumem o valor zero.

No caso de transferências de ativos entre entidades abrangidas pelo POCAL ou por este e pelo POCP, o valor atribuído foi o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no POCAL, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que autorizou a transferência ou, em alternativa, o valor acordado entre as partes e sancionado pelos órgãos e entidades competentes. Nos casos em que não foi possível aplicar as alternativas expostas, aplicaram-se os critérios definidos no parágrafo anterior.

O Município adotou pela primeira vez o POCAL no exercício de 2003 o que originou a necessidade de registo de bens para efeitos do Balanço Inicial. Por conseguinte, foi feito um levantamento dos bens móveis e imóveis do Município tendo sido contratada a empresa Sight Portuguesa para inventariar os bens móveis, mantendo-se ainda em curso o registo predial dos bens do Município.

O cadastro de imobilizado tem vindo a ser atualizado em função dos registos contabilísticos efetuados. No entanto, depois do Balanço Inicial de 2003 não foram efetuadas inventariações relevantes sobre os bens imobilizados registados no cadastro e na contabilidade, pois é nossa convicção que não existirão ajustamentos relevantes por registar.

8.2.3.2 - Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados pelo valor de aquisição. Caso seja apurado relativamente a cada um dos seus elementos específicos, um valor inferior ao registado na contabilidade, este será objeto da correspondente redução.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.3.3 - Imobilizações corpóreas

Aplicam-se os critérios de valorimetria enunciados no ponto 8.2.3.1.

8.2.3.4 - Imobilizações em Curso

Estão registadas ao custo de aquisição ou de construção e são transferidas para imobilizado firme no momento em que se verificar o início de utilização.

O Município por uma questão operacional efetua a passagem de imobilizado em curso para imobilizado firme com as contas finais das empreitadas.

8.2.3.5 - Bens de domínio público

Aplicam-se os critérios de valorimetria enunciados no ponto 8.2.3.1.

Os bens de domínio público são incluídos no ativo imobilizado do Município quando o mesmo é responsável pela sua administração ou controlo, estejam ou não afetos à sua atividade operacional.

8.2.3.6 - Amortizações

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização decorrentes das tabelas da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril que aprova o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos.

No ano em que se verificar o início de utilização dos bens aplica-se a taxa anual prevista no classificador geral correspondente ao número de meses contados a partir da sua entrada em funcionamento.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

No ano em que se verificar a transmissão, a alienação ou o abate dos bens calcula-se a amortização correspondente ao número de meses decorridos após a última amortização anual.

Relativamente aos bens alvo de grandes beneficiações ou reparações, foi atribuída uma vida útil adicional de acordo com as benfeitorias realizadas tendo em conta o estado de conservação à data, comparativamente com a aquisição em estado novo ou construção inicial.

8.2.3.7 - Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição.

O método de custeio das saídas de armazém adotado é o custo médio ponderado.

As existências obsoletas e deterioradas no final do exercício foram valorizadas ao custo de zero, pelo que não foi criada qualquer provisão para depreciação de existências.

8.2.3.8 - Acréscimos e Diferimentos

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A rubrica de Proveitos Diferidos está relacionada com as subvenções não reembolsáveis ao investimento. Esta rubrica é reduzida pela imputação a proveitos extraordinários da quota-parte das amortizações dos respetivos ativos imobilizados subvencionados.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.3.9 - Dívidas de terceiros e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

Foram registadas as necessidades de provisão de dívidas de terceiros, tendo por base os riscos de cobrabilidade das mesmas.

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas foi determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

8.2.3.10 – Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira

O Município de Penamacor não efetuou transações em moeda estrangeira, nem apresenta saldos em 31 de dezembro de 2018 em moeda estrangeira em que tenha sido efetuada a conversão e atualização cambial.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.5 – Situações em que o Resultado Líquido do exercício foi afetado

Não aplicável.

8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.

Em 2018 a conta 431 – Despesas de Instalação registou um aumento proveniente de imobilizações em curso de cerca de 77 milhares de euros, referente, principalmente, aos Projetos de ampliação da Zona Industrial, Ampliação/Remodelação dos cemitérios de Salvador e Penamacor, Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor.

A conta 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento, regista valores relativos a projetos concluídos, cujas respetivas empreitadas vieram a realizar-se posteriormente e à aquisição de ovinos no âmbito do projeto “Recuperação da Raça Ovina Churra do Campo”.

Em 2018 há a registar a transferência de imobilizações em curso para a conta 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento no montante de 15.657,90€, registando o valor líquido de amortizações de 18.254,25€ em 31 de dezembro de 2018.

8.2.7 - Movimentos do Imobilizado Bruto e Amortizações

Imobilizado Bruto

(Ver mapa anexo)

Amortizações

(Ver mapa anexo)



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.8 - Cadastro do Imobilizado

Face à extensão dos documentos suporte e dado a informação global estar patente nos respetivos quadros, optou-se por não incluir o mencionado mapa neste ponto do POCAL, encontrando-se disponível no Setor de Património da autarquia a informação referente a este ponto.

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do Imobilizado.

Não aplicável.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

8.2.12 – Relativamente às Imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

- Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

Encontram-se cedidos através do Contrato de Cedência de 26 de Janeiro de 2006, à empresa Águas do Vale do Tejo, S.A., as Redes Adutoras, ETA's, ETAR's e o Reservatório da Albufeira da Meimoa.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

As imobilizações acima referidas, totalizam 2.195.234,26€ (valores brutos) e encontram-se registadas na conta 453 – Outras Construções e Infraestruturas (Bens de Domínio Público).

- Imobilizações implantadas em propriedade alheia.

O Campo de Futebol – Pedrógão S. Pedro (170.293€) e a Ampliação do Cemitério de Benquerença (125.956€), encontram-se implantados em propriedade alheia.

Poderão existir outras Imobilizações implantadas em propriedade alheia, estando em curso o processo de levantamento desses imobilizados em paralelo com o trabalho relativo ao registo predial dos bens do Município.

- Imobilizações reversíveis.

Não aplicável.

- Discriminação dos custos financeiros capitalizados nas imobilizações.

Não aplicável.

8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Não aplicável.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

No exercício de 2018 não existiram adições de bens com impossibilidade de valorização. No entanto, no cadastro de imobilizado disponível no Setor de Património do Município estão detalhados os bens não valorizados. Optou-se por não detalhar todos os bens nesta situação face à extensão dos mesmos.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.15 - Bens de domínio público que não são objeto de amortização

De acordo com o previsto no POCAL e nas tabelas anexas à Portaria n.º 671/2000, 17 de Abril, que regulamentam as taxas de amortização dos bens imobilizados, os terrenos e recurso naturais, bem como os bens do património histórico, artístico e cultural não são alvo de amortizações.

8.2.16 - Designação das entidades participadas

Decomposição dos Investimentos Financeiros:

Entidade	Sede	Valor	%
Águas do Vale do Tejo, S.A.	Rua Soeiro Viegas, n.º 21 - 2º Esqº A 6300-758 Guarda	94 155,00	0,06%
Município, S.A.	Taguspark, Edifício Ciência 11, nº11-3B 2784-600 Porto Salvo	4 985,01	0,15%
CESAB	Zona Industrial Ponte de Viadores 3050-481 Mealhada	21 500,00	2,89%
CCAM Beira Baixa (Sul) C.R.L	Largo do Município 6060-163 Idanha-a-Nova	660,00	n.d.
Malcatur - Empreendimentos Turísticos Hoteleiros, S.A.	Quinta do Cafalado 6090 Penamacor	220 500,00	23,84%
Resiestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.	Apartado de Peroviseu - Qtª das Areias Apartado 1064 - 6230 Fundão	58 395,00	1,46%
GDTP - Sociedade de Exploração Hidromineral, S.A.	Quinta do Lar - Pontão Novo 3600-398 Mamouros	7 500,00	15%
Partes de Capital - Participações no Capital Social		407 695,01	
Malcatur - Empreendimentos Turísticos Hoteleiros, S.A.	Quinta do Cafalado 6090 Penamacor	150 000,00	
GDTP - Sociedade de Exploração Hidromineral, S.A.	Quinta do Lar - Pontão Novo 3600-398 Mamouros	100 000,00	
Prestações Acessórias de Capital		250 000,00	
FAM - Fundo de Apoio Municipal		318 411,00	
Obrigações e Títulos de Participação		318 411,00	
Total Investimentos Financeiros		976 106,01	

Os Investimentos Financeiros apresentam o valor total de 976.106,01€, correspondendo 407.695,01€ a Partes de Capital (participações no capital social) registadas ao custo de aquisição, 250.000,00€ referentes a Prestações Acessórias de Capital e 318.411,00€ relativos a Obrigações e títulos de participação.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

No presente exercício o Município adquiriu o Edifício da Igreja Paroquial da Freguesia de Penamacor, no qual se encontra o Centro de Congressos Ribeiro Sanches, razão pela qual o último deixou de figurar na lista de Imobilizações Implantadas em Propriedade Alheia.

Não foram registados quaisquer ajustamentos resultantes das variações dos Capitais Próprios das entidades participadas.

As participações com maiores percentagens de controlo e potencialmente com maior impacto ao nível da Dívida municipal estão relacionadas com as empresas Malcatur – Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, S.A., adiante designada por Malcatur (participação de 23,84%) e a GDTP – Grupo de Desenvolvimento das Termas de Portugal – Sociedade de Exploração Hidromineral, S.A., adiante designada por GDTP (participação de 15%).

Em ambos os casos o Município desconhece onde se encontram os títulos associados a estas participações (sob a forma de ações ao portador), sendo que, de acordo com a legislação publicada em 2017 as ações ao portador têm de ser convertidas em nominativas, encontrando-se o Município a aguardar que as mencionadas participadas efetuem a necessária conversão.

A participação registada na Malcatur corresponde à entrada em espécie do Município, com terrenos valorizados pelo montante de 220.500 €, aquando da sua constituição em 2004. No momento da constituição o Município era detentor de 49% do capital, tendo, por via do não acompanhamento de sucessivos aumentos de capital, passado a deter os atuais 23,84%.

Em reunião de Câmara de 3 de Agosto de 2011 foi aprovada a transferência de 150.000 € para esta entidade, para posterior transformação em participação de capital. Apesar dos valores terem sido transferidos, os mesmos não foram objeto de incorporação em capital, tendo sido reconhecidos apenas como outras componentes dos capitais próprios pela entidade participada. No exercício de 2015 o Município registou este valor em Investimentos Financeiros como prestações acessórias de capital por contrapartida de Resultados Transitados, aguardando que a entidade participada converta o referido montante em capital social.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

Entre Junho de 2012 e Novembro do mesmo ano, o Município transferiu para a participada GDTP o valor global de 100.000 €, conforme aprovado em reunião de Câmara de 20 de Junho, para posterior transformação em participação de capital. Apesar dos valores terem sido transferidos, os mesmos não foram objeto de incorporação em capital, tendo sido reconhecidos apenas como outras componentes dos capitais próprios pela entidade participada. No exercício de 2015 o Município registou este valor em Investimentos Financeiros como prestações acessórias de capital por contrapartida de Resultados Transitados, aguardando que a entidade participada converta o referido montante em capital social.

O Município detém uma participação financeira de 0,06% na Águas do Vale do Tejo, SA registada em Investimentos Financeiros pelo montante de 94.155€.

A Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA mantém relações comerciais com o Município como fornecedor do abastecimento de água e do tratamento de efluentes.

O Município detém uma participação financeira de 1,46% na Resiestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA registada em Investimentos Financeiros pelo montante de 58.395€. Esta empresa tem como objeto a gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Urbanos da Cova da Beira, sendo detida em 63% pela Empresa Geral de Fomento, SA.

Esta participada mantém também relações comerciais com o Município como fornecedor de serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Com o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal, aprovado pela Lei 53/2014, de 25 de agosto, é criado e regulamentado o FAM, cujo capital social ascendia a 650 M €, representado por unidades de participação, parte das quais obrigatoriamente subscritas pelos Municípios.

A subscrição total do Município de Penamacor ascendia inicialmente a 495.307 €, tendo sido efetuada em 2018 um ajustamento em baixo do valor da subscrição no montante de 176.896€, por força da redução do capital social do Fundo nos termos da Lei do Orçamento de Estado de 2018 para 418 M €.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

O valor atual da participação do Município de Penamacor no FAM ascende a 318.411€, concluindo-se o pagamento da subscrição em 2020.

No exercício de 2018, o Município realizou as duas tranches semestrais previstas no valor global de 53.069€, encontrando-se por realizar em 31/12/2018 o montante de 53.069€ encontra-se registado em Dívidas a terceiros, devidamente segregado entre Médio e Longo Prazo (17.690€) e Curto Prazo (35.379€).

Nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total do Município inclui as dívidas das Empresas Locais e Participadas que se encontrem em desequilíbrio de contas na proporção da respetiva participação, com exceção das entidades participadas pertencentes ao Sector Empresarial do Estado (SEE). O legislador em diplomas conexos entende como desequilíbrio de contas a obtenção de resultados antes de impostos negativos.

No presente exercício a participada GDTP, S.A. não têm qualquer impacto sobre o endividamento do Município, no entanto a Malcatur, S.A. apresenta resultados negativos, contribuindo assim, em 2018, com 234.603,41€ para o endividamento do município.

8.2.17 - Títulos negociáveis

Não Aplicável

8.2.18 - Outras aplicações financeiras

Não Aplicável

8.2.19 – Indicação Global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do Ativo Circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21 – Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante, relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável.

8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O valor das dívidas de cobrança duvidosa corresponde ao total da rubrica 218 – Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, que ascende a 127.830,51€. Está registada uma provisão para estas dívidas de cobrança duvidosa no montante de 126.111,29€.

8.2.23 – Valor global das dívidas Ativas e Passivas, respeitantes ao pessoal da Autarquia Local.

Não aplicável.

8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com a indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.25 - Estado e outros entes públicos, dívidas em situação de mora

Não Aplicável.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas

(Ver mapa anexo)

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas

(Ver mapa anexo)

As provisões acumuladas respeitam a dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa.

O valor das dívidas de cobrança duvidosa corresponde ao total da rubrica 218 – Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, que ascende a 127.830,51€. Está registada uma provisão para estas dívidas de cobrança duvidosa no montante de 126.111,29€.

Em 2018 foi realizado um reforço de provisões relativas a clientes de cobrança duvidosa no valor de 19.827,73€ registado na Demonstração de Resultados na rubrica 67 – Provisões do Exercício.

	8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados	
-----------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------	--

8.2.28 – Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, constantes do balanço

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 -Património	22.999.324,23€			22.999.324,23€
55 – Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas	11.000,00€			11.000,00€
571 – Reservas Legais	926.158,79€	63.181,93€		989.340,72€
575 – Subsídios	120.809,92€			120.809,92€
59 - Resultados Transitados	17.229.734,97€	1.200.456,70€		18.430.191,67€
88 – Resultado Líquido	1.263.638,63€	2.044.439,93€	1.263.638,63€	2.044.439,93€
Total dos Fundos Próprios	42.550.666,54€	3.308.078,56€	1.263.638,63€	44.595.106,47€

No presente exercício os movimentos ocorridos nos Fundos Próprios referem-se à aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2017 no montante de 1.263.638,63€:

- (i) Aumento da rubrica de Reservas Legais no montante de 63.181,93€ o que corresponde a 5% do Resultado Líquido do Exercício de 2017.
- (ii) Aumento da rubrica de Resultados Transitados no montante de 1.200.456,70€ o que corresponde ao valor remanescente do Resultado Líquido do Exercício de 2017.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

(Ver mapa anexo)

8.2.30 - Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros

(Ver mapa anexo)

A rubrica 681- Juros suportados no montante global de 41.534,19€ corresponde a (i) juros de empréstimos bancários no montante de 31.372,82€ e (ii) juros de mora no montante de 10.161,37 €, referente a juros debitado pelas Águas do Vale do Tejo, SA.

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

(Ver mapa anexo)

No valor registado na conta 691 – Transferências de Capital Concedidas (166.128,91€) destaca-se o apoio concedido à Santa Casa da Misericórdia de Penamacor no montante de 100.000,00 €, à Associação do Centro de Dia de São Domingos no montante de 12.500,00 €, e ao Centro Paroquial N. S. Quebrada no montante de 12.500,00.

O valor global no montante de 546.530,13 € registado na conta 798 – Outros proveitos e ganhos extraordinários corresponde à imputação da quota-parte das amortizações dos respetivos ativos subvencionados.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.33 – Outras Informações Relevantes

Memorando de Entendimento com as Águas do Zêzere e Côa, SA (atualmente Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA)

Em 29 de Junho de 2015 foi assinado um Memorando de Entendimento entre as Águas do Zêzere e Côa, SA (atualmente Águas do Vale do Tejo, SA) e os respetivos acionistas (AdP SGPS, SA e Municípios acionistas e utilizadores do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa) com o objetivo de compensar os Municípios pelos impactos negativos que teve a autorização dada pelo Concedente para a desafetação do Município da Covilhã da vertente de saneamento no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa.

Nos termos dos pressupostos definidos no Memorando, o Município de Penamacor terá direito a uma compensação de cerca de 544.000 € resultante do recálculo das tarifas de saneamento entre 2010 e 2014 mais os valores correspondentes a juros de mora que ainda carecem de apuramento.

Dado que este Memorando, para a sua concretização, depende da homologação do Ministério do Ambiente, o Município atendendo ao princípio da prudência optou por não registar os potenciais efeitos contabilísticos do mesmo. No exercício de 2018 não houve qualquer evolução deste processo.

De igual modo, nesse mesmo dia foi assinado entre as partes um acordo que define as participações das partes relativas aos investimentos necessários nas redes separativas pluviais.

Dado que se encontra a decorrer a necessária tramitação da informação prevista para a sua execução, não foi registado qualquer efeito contabilístico nas demonstrações financeiras do exercício dado não ter ocorrido qualquer recebimento por parte do município.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

ANEXOS:

- ACTIVO BRUTO (IMOBILIZADO BRUTO);
- AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES;
- CONTAS DE ORDEM;
- DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS;
- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS;
- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS;



MUNICÍPIO DE PENAMACOR
Activo Bruto (Imobilizado Bruto)

Ano 2018

Rubricas		Saldos Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienação	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	602.327,85	0,00	0,00	0,00	0,00	602.327,85
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	48.127.611,53	0,00	0,00	0,00	800.072,47	48.927.684,00
455	Bens do património histórico, artístico e cultual	315.402,08	0,00	0,00	0,00	0,00	315.402,08
459	Outros bens de domínio público	448.787,80	0,00	0,00	0,00	106.746,30	555.534,10
445	Imobilizações em curso	677.046,28	0,00	659.706,50	0,00	-809.470,97	527.281,81
446	Adiantamento por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de Dominio Público		50.171.175,54	0,00	659.706,50	0,00	97.347,80	50.928.229,84
431	Despesas de instalação	69.180,18	0,00	0,00	0,00	77.432,34	146.612,52
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	551.324,24	0,00	0,00	0,00	15.657,90	566.982,14
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.144,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.144,24
439	Outras Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	178.692,71	178.692,71
443	Imobilizações em curso	699.206,72	0,00	351.581,55	0,00	-277.317,95	773.470,32
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Incorpóreas		1.320.855,38	0,00	351.581,55	0,00	-5.535,00	1.666.901,93
421	Terrenos e recursos naturais	5.494.316,62	0,00	6.000,00	0,00	0,00	5.500.316,62
422	Edifícios e outras construções	22.023.211,35	0,00	0,00	0,00	354.337,07	22.377.548,42
423	Equipamento básico	1.594.276,03	0,00	109.544,97	0,00	0,00	1.703.821,00
424	Equipamento de transporte	1.167.265,62	0,00	679,27	0,00	0,00	1.167.944,89
425	Ferramentas e utensílios	31.503,39	0,00	869,00	0,00	0,00	32.372,39
426	Equipamento administrativo	1.199.419,92	0,00	18.452,97	0,00	0,00	1.217.872,89
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	132.188,76	0,00	1.750,01	0,00	0,00	133.938,77
442	Imobilizações em curso	505.734,24	0,00	632.974,79	0,00	-446.149,87	692.559,16
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas		32.147.915,93	0,00	770.271,01	0,00	-91.812,80	32.826.374,14
Subtotal		83.639.946,85	0,00	1.781.559,06	0,00	0,00	85.421.505,91
411	Partes de capital	657.695,01	0,00	0,00	0,00	0,00	657.695,01
412	Obrigações e títulos de participação	495.307,38	0,00	-176.896,38	0,00	0,00	318.411,00
4141	Invest.em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142	Invest.em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151	Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152	Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos Financeiros		1.153.002,39	0,00	-176.896,38	0,00	0,00	976.106,01

Município de Penamacor

ANO: 2018

Unidade : Euros

Amortizações e Provisões

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	4853	21.540.711,74	1.678.867,03	0,00	23.219.578,77
Bens património histórico, artístico cultural	4855	24.750,03	503,76	0,00	25.253,79
Outros bens de domínio público	4859	86.822,51	10.644,93	0,00	97.467,44
		21.652.284,28	1.690.015,72	0,00	23.342.300,00
De Imobilizações Incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	67.649,55	2.690,44	0,00	70.339,99
Despesas investigação e desenvolvimento	4832	536.122,49	12.605,40	0,00	548.727,89
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Incorpóreas	4839	0,00	4.092,01	0,00	4.092,01
		603.772,04	19.387,85	0,00	623.159,89
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	48221	5.045.905,27	341.057,34	0,00	5.386.962,61
Outras construções	48222	2.075.629,66	156.719,97	0,00	2.232.349,63
Equipamento básico	4823	1.299.645,53	70.787,74	0,00	1.370.433,27
Equipamento de transporte	4824	759.940,75	72.805,92	0,00	832.746,67
Ferramentas e utensílios	4825	28.039,96	1.279,86	0,00	29.319,82
Equipamento administrativo	4826	1.068.017,04	47.054,42	0,00	1.115.071,46
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Software Informático	4828	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	96.159,38	2.147,63	0,00	98.307,01
		10.373.337,59	691.852,88	0,00	11.065.190,47
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outas construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras:	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Penamacor

Ano: 2018

Unidade: Euros

8.2.26 - Contas de Ordem

Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	922.013,00		54.085,37		976.098,37	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	7.934,97				7.934,97	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	914.078,03		54.085,37		968.163,40	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				120.316,55		120.316,55
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				120.316,55		120.316,55
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		922.013,00		54.085,37	120.316,55	855.781,82	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro						
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
Total de Recibos para Cobrança				0,00			
Total		922.013,00		54.085,37	120.316,55	855.781,82	

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Município de Penamacor

(designação da autarquia local)

Ano: 2018

(unidade: EUR)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	231.048,48
Compras	353.636,66	119.186,50
Regularizações de Existências	0,00	0,00
Existências Finais	0,00	268.716,27
<i>Custos no Exercício</i>	353.636,66	81.518,71

Município de Penamacor

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2018


Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
681	Juros suportados	41.534,19	74.933,03	781	Juros obtidos	0,00	0,00
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	17.155,05	10.811,55
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	400,76
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	630,80	597,65	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-25.009,94	-64.318,37	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		17.155,05	11.212,31			17.155,05	11.212,31

Município de Penamacor

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2018

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
691	Transferências de capital concedidas	166.128,91	230.273,11	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
695	Multas e Penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	5.137,82	8.324,32
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	3.592,31	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	14.498,58	797	Correções relativas a exercícios anteriores	10.166,13	11.242,78
698	Outros custos e perdas extraordinárias	32.929,11	34.789,81	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	546.530,13	558.667,44
	Resultados extraordinários	366.368,37	298.673,04				
		565.426,39	578.234,54			565.426,39	578.234,54

	<p>8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução</p>	
-----------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------	--

8.3.1. - Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2018 foram efetuadas 15 modificações ao Orçamento, as quais se consubstanciaram em 13 alterações e 2 revisões.

(ver documentos de prestação de contas n.ºs 14 e 15: Modificações do orçamento – receita e Modificações do orçamento - despesa)

8.3.2 – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e às Atividades Mais Relevantes (Grandes Opções do Plano)

Durante o exercício económico de 2018 foram efetuadas 14 modificações às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR), as quais se consubstanciaram em 12 alterações e 2 revisões.

(ver documentos de prestação de contas n.º16: Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos)

8.3.3 – Contratação Administrativa – Situação dos Contratos

Ver documento de prestação de contas n.º 17: Contratação Administrativa – Situação dos contratos.

8.3.4 – Transferências

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 18, 19, 21 e 22: Transferências correntes – despesa, Transferências de capital – despesa, Transferências correntes – receita e Transferências de capital – receita.

8.3.6 – Endividamento

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 26: Empréstimos e 27: Outras dívidas a terceiros.